

## RELATÓRIO DE ALUÍZIO PALMAR SOBRE PRISÃO E TORTURAS

No 1º de Abril de 1964, minha vida mudou trágica e radicalmente. Nossa casa foi invadida, dois de meus irmãos presos e a violência insana dos agentes da repressão atingiu meu pai, minha mãe e minha irmã. Foi o começo do furação que se abateu sobre nossas vidas. Eu era buscado por ser membro da diretoria da União Fluminense de Estudantes e coordenador do Plano Nacional de Educação de Adultos – PNA, na Baixada Fluminense, e a ordem de prisão havia sido emitida pelo 34º RI, sediado em Niterói.

Minha carreira, meus estudos, estavam sendo interrompidos, enquanto eu, para escapar da prisão, me escondia em casa de amigos e parentes no interior do Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais..

O cerco estava se fechando e a perseguição era implacável. As buscas na casa de meus pais continuaram e com a prisão de alguns amigos, decidi me mudar para o interior do Paraná. No dia 04 de abril de 1969, fui preso na cidade de Cascavel – PR e após ter sido espancado por vários policiais, fui levado para um quartinho, e durante não sei quanto tempo, fiquei pendurado num pau-de-arara. Enquanto eu me debatia, o delegado Agostinho Cardoso Neto, acompanhado pelo Major Paulo de Barros Vieira, com uma mangueira despejavam um jato d'água em meu rosto coberto por um pano.

Devo ter ficado muito tempo pendurado no pau-de-arara e desmaiado várias vezes, pois só acordei quando os torturadores me jogaram um balde d'água. Meu corpo estava completamente

enrijecido, não conseguia estender as pernas, nem os braços. Só consegui ficar de pé na manhã do dia cinco, quando fui levado para o Batalhão de Fronteiras, em Foz do Iguaçu, onde fui pendurado no pau-de-arara e submetido a uma nova seção de tortura, dessa vez comandada pelo coronel Emídio de Paula, pelo capitão Marion Gralha e o tenente Espedito Ostrovski. Enquanto o tenente aplicava choques elétricos, o coronel e o major queriam saber onde estava minha mulher. O Tenente Espedito dizia que eles sabiam que Eunice estava grávida e que, quando a prendessem ela iria apanhar tanto que abortaria.

“Esse negócio de comunismo está no sangue”, gritava o tenente torturador.

Mal consegui me recuperar das sevícias e fui levado de Foz do Iguaçu para Curitiba e submetido a nova pancadaria no quartel da Polícia do Exército, que na época estava localizado na Praça Rui Barbosa. No Quartel da PE, volta e meia, os oficiais torturadores ameaçavam me enviar para São Paulo, onde segundo eles eu iria conhecer a sucursal do inferno comandada pelo delegado Sergio Fleury. Numa noite, tentei cortar o pulso da mão esquerda com uns pedaços de vidro que encontrei no fundo da cela.

Do quartel da Policia do Exército, fui levado para o Presidio do Ahú, em Curitiba. Quando cheguei ao Ahú fui praticamente jogado num lugar chamado de Fundão da Quarta Galeria, rotineiramente utilizada pela segurança do presídio quando decidia torturar alguém. Eu parecia um trapo humano, totalmente desestruturado, tão insensível que não me importava com a cela fedida, sem colchão e cobertor, e com o frio que deixava azuis os dedos dos meus pés e de minhas mãos. Só saí daquele calabouço

hediondo graças ao movimento dos presos políticos do pré congresso da UNE.

Eu estava no limite de minha resistência, quando fui levado para a cela onde estavam presos os estudantes paranaenses. Ora, aqueles caras salvaram a minha vida!

Aqueles companheiros, conseguiram levantar o meu astral e me dar forças para aguentar as torturas que sofreria adiante. Essas torturas, estão relatadas no livro “Diário do Ahú, Uma Prisão Política”, do jornalista gaúcho Políbio Braga. Em uma das vezes em que fui retirado da cela no Presídio do Ahú e submetido a tortura, oficiais do Exército me levaram para o interior do Parque Nacional do Iguaçu dizendo que eu ia “viajar” pro inferno. Após uma viagem aterrorizante, em que ameaçaram me jogar nas Cataratas do Iguaçu, fomos até a localidade de Céu Azul e por aí entramos na mata. Após caminhar bastante, os oficiais do Exército, comandados pelo Major Gouveia, na época comandante do CPOR, em Curitiba, me encapuzaram, me amarraram numa árvore e simularam fuzilamento.

Em 28 de maio de 1969, agentes do Centro de Informações da Marinha – Cenimar, do Rio de Janeiro, vieram me buscar no Paraná. Durante a viagem, passei uma noite preso em uma cela da Delegacia de Investigações Criminais, em São Paulo. Os presos dessa cela, me aconselharam cortar os pulsos para evitar ser pendurado no pau-de-arara. Foi uma noite de terror, em que eu tremia com qualquer barulho de molho de chaves.

Já estando no Rio de Janeiro, a escolta me levou para o Quinto Andar do Ministério da Marinha, onde fui submetido a torturas aplicadas pelo capitão de Corveta Alfredo Magalhães.

Carrego até os dias de hoje, sequelas dos golpes de uma tortura conhecida por “telefone”, (com as duas mãos em forma de concha, o torturador dava tapas ao mesmo tempo contra os meus dois ouvidos).

No mesmo dia me levaram para a Base Naval da Ilha das Flores, em São Gonçalo - RJ, onde os suplícios continuaram, dessa vez sob o comando do capitão de mar e guerra José Clemente Monteiro Filho. Na Base Naval, fiquei preso em um cubículo sem ventilação durante vários dias; até que fui levado para uma casa localizada num lugar conhecido como Ponta dos Oitis, e novamente pendurado no pau-de-arara, onde minutos antes estivera o meu amigo Sebastião Medeiros. Do local de torturas da Ponta dos Oitis fui levado numa maca para uma das celas prisão.

Passados alguns meses, fui transferido para o Presídio da Marinha, na Ilha das Cobras. Essa nova prisão era uma caverna escavada em uma pedra. Um lugar fétido, úmido e com bastante fungos, o que agravou minha bronquite. Nesse local, eu e outros companheiros, colegas de prisão, fizemos uma greve de fome que durou vários dias. A greve era de protesto e denúncia sobre as torturas a que estava sendo submetido o companheiro Eduardo Leite, o Bacuri. Bacuri era levado para a sala do Cenimar e voltava todo quebrado. Encerramos a nossa manifestação após o Bacuri ser levado para outra prisão. Eu era considerado líder da greve de fome e por esse motivo fui punido, ficando preso dois dias em um cofre, localizado em uma cela próxima.

Carrego até os dias de hoje, as sequelas do período em que fiquei preso na cela caverna do Presídio da Marinha, localizado na Ilha das Cobras-RJ.

Em janeiro de 1970, começaram as audiências no Processo em que eu estava incurso no Rio de Janeiro. Antes, porém, de ser levado para a Auditoria da Marinha, fiquei trancado numa delegacia de polícia, localizada provavelmente em São Cristóvão, até ser conduzido fechado num camburão para a Auditoria da Marinha, na Praça Mauá. Era a primeira audiência dos presos do MR8. Fazia sol a pino e os agentes pararam o camburão em algum pátio descampado próximo do Ministério da Marinha e me deixando torrando dentro daquele verdadeiro forno e de puro sadismo. A temperatura dentro dos carros era altíssima, mal eu consegui respirar pelas poucas frestas de ventilação, os miolos pareciam que iam estourar. Foi um horror!

Terminada a pantomima fomos levados para o Presídio da Marinha, na Ilha das Cobras.

No dia 29 de agosto de 1970, fomos condenados pelo Tribunal Militar. Após a leitura das penas, ficamos de pé e cantamos alto e com bom som o Hino da Independência. Nosso canto tomou conta do salão e se espalhou pelos corredores do prédio que até hoje está localizado na Praça Mauá. Terminado o “julgamento” voltamos para nossa cela na Ilha das Cobras e de lá fomos levados no dia seguinte para o Presídio Hélio Gomes, onde passamos por uma revista humilhante e dormimos em colchonetes espalhados pelo chão. Antes de clarear o dia fomos conduzidos de camburão para o Presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande. Era quase meio-dia quando descemos no cais de Mangaratiba e dali seguimos no porão da barca que transportava passageiros para a Vila de Abraão.

Do Abraão até o presídio, viajamos na carroceria de um caminhão, que subiu e desceu as serras por uma estradinha de chão batido. Ficamos algemados durante todo o percurso, desde o Presídio Hélio Gomes, localizado no Complexo da Frei Caneca, até o Presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande.

Após o processo de identificação, fomos levados para a galeria dos presos políticos e ali trancafiados em celas de 2x4 metros, fechadas por portas de chapa de ferro, com apenas uma fresta por onde os guardas faziam a vigilância dos presos. Em cada um desses cubículos havia uma cama-beliche. No final da galeria, um portão de ferro.

Assim que terminamos de acomodar nossas trouxas fizemos a primeira refeição na ilha-presídio. A partir daquele momento a nossa rotina seria duas vezes por dia entrar e sair escoltados do refeitório de mesas de concreto, onde era proibido conversar.

Até nove de janeiro de 1971, quando fui banido do território nacional após ser trocado – juntamente com outros 69 companheiros – pelo embaixador da Suíça no Brasil, Giovani Bucher, a Ilha Grande foi minha prisão e meu inferno. Durante o período em que estive enclausurado no presídio da Ilha Grande fui mandado duas vezes seguidas para a temida solitária. A primeira vez foi por ter reclamado de uma rotina estúpida em que os guardas batiam nas grades com um pedaço de ferro para ver se tinha alguma barra serrada. Aquele estrondo noturno, muitas vezes no meio da noite, deixava-me com os nervos à flor da pele. Parecia que a tortura não havia terminado e que novamente eu seria levado para o pau-de-arara.

A “cela-castigo” do Presídio da Ilha Grande era um cubículo pequeno e escuro, sem luz, sem janelas e com paredes eternamente úmidas. Não tinha vaso sanitário, nem pia e o chão áspero era coberto por uma camada de imundícies misturadas com graxa, provavelmente restos da comida que chegava numa bandeja empurrada pela fresta existente entre o piso e a porta. Meu companheiro no castigo era um preso comum conhecido como Branquinho, que havia participado de um assalto a banco. Naquela época os participantes de assalto a banco, mesmo sendo sem motivação política, eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e colocados nas mesmas celas que os presos políticos.

Pois bem, certa noite eu acordei sobressaltado com o Branquinho dando uma de louco, ateando fogo no colchonete estofado com capim e esparramando merda para todos os lados.

A segunda vez que me mandaram para a solitária da Ilha Grande foi devido a uma reclamação que eu fiz ao diretor do presídio. Meus familiares haviam levado livros e eu não os recebi. Pedi uma audiência com o diretor e fui conduzido até a sua sala. Falei dos livros apreendidos e reivindiquei a liberação dos mesmos. O diretor se negou a atender-me e eu então protestei sobre as condições da prisão e da ditadura que tinha medo até de livros didáticos. Nem terminei de falar e levei um murro na boca do estômago. Caí e recebi diversos golpes de cassetete. Após o espancamento fui levado para a solitária. Enquanto os guardas me arrastavam pelo corredor, denunciei aos gritos o que havia se passado na sala do diretor.

Dessa vez meu colega de “cela-castigo” foi Sebastião Medeiros, estudante e líder do Restaurante Estudantil do

Calabouço. Foi na solitária que ficamos sabendo – por um radinho transistor introduzido clandestinamente – do sequestro do embaixador da Suíça no Brasil acontecido no dia 7 de dezembro. Porém, não acompanhamos o desenrolar das negociações porque no meio da noite eu fui mexer no volume do rádio, que estava embaixo do cobertor, e ao invés de abaixar o volume acabei aumentando. Era a hora da ronda e não deu outra: os guardas entraram na cela e me tomaram o único contato que tínhamos com o mundo exterior. Só fiquei sabendo que eu estava na lista e que iria ser trocado pelo embaixador quando os guardas me tiraram da solitária e me levaram para outro isolamento no segundo andar.

Durante os dias em que fiquei no isolamento da parte de cima tentei recuperar-me dos suplícios daqueles dias. Além dessas aflições noturnas ainda havia as ameaças feitas pelos guardas penitenciários de que nós, os que estávamos na lista para a troca pelo embaixador, seríamos jogados de helicóptero em alto-mar.

No dia 23 de dezembro um helicóptero baixou no presídio e fui levado até a sala da direção do presídio. Lá me mandaram tirar toda a roupa para ser fotografado em vários ângulos. Antes, porém, os agentes policiais, mediante ameaças, tentaram me convencer a não aceitar a troca. Disseram que se eu declarasse que queria ser trocado pelo embaixador estaria assinando minha sentença de morte.

Não tive dúvidas, as intimidações e promessas de regalias não adiantaram, assinei uma declaração que fiz de próprio punho e no dia 7 de janeiro de 1971, atravessei a Baía de Angra dos Reis algemado numa barra de ferro de um helicóptero. Por mais incerto que fosse o meu destino naquele momento, a alegria de deixar



aquele inferno que era o presídio da Ilha Grande e a perspectiva de liberdade eram maiores do que meu medo e a insegurança em relação ao futuro.

Assim que chegamos no Chile, passei por vários exames médicos e um tratamento bem longo de meu aparelho auditivo. As pancadas nos ouvidos deixaram sequelas.

Foram, oito anos e oito meses de exílio forçado. Até a Anistia eu e minha família, passamos por dois violentos golpes de Estado, pisando no fio da navalha. Primeiro, foi o golpe militar no Chile, que derrubou o governo constitucional de Salvador Allende e o segundo foi o golpe militar de 1976, na Argentina, onde eu e minha esposa havíamos decidimos viver com tranquilidade e criar nossos filhos. De março de 1976, ate nosso retorno ao Brasil, foram três anos de terror e constantes sobressaltos. A gente vivia na incerteza do amanhã, cada helicóptero que sobrevoava o bairro e cada vez que havia razzia com batidas casa por casa, a gente tremia de medo, minha esposa Eunice, chegou a passar navalha no cabelo pra pagar uma promessa.

Até os dias de hoje, Eunice e minha filha Florita possuem traumas desse período de nossas vidas. Nunca mais voltaram ao lugar desses acontecimentos e não querem ouvir ou ler sobre os horrores das ditaduras.